



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria Geral  
www.pmvc.ba.gov.br

### JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

**Assunto:** Julgamento do Recurso Administrativo interposto pela empresa Josenilson Alves Bispo de Conquista - ME em face da decisão administrativa da Pregoeira que declarou vencedora as licitantes Gabriel Barros Neto – ME e Construtora Albuquerque Ltda.

**Licitação:** Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017

**Objeto:** Elaboração de registro de preços para contratação futura de pessoa jurídica com vistas à prestação de serviços com veículos tipo passeio, caminhão basculante, pipa e carroceria, motoniveladora e retroescavadeira, com motorista e combustível, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Mobilidade Urbana – SEMOB e Infraestrutura Urbana – SEINFRA, com recursos provenientes do Tesouro Municipal.

O presente recurso administrativo foi protocolado, tempestivamente, na data de 19/06/2017 e tombado sob o número de Processo Administrativo nº 103.114/2017, cumprindo assim, com o disposto no artigo 109 da Lei 8.666/93, estando, apto a ser apreciado, vez que a licitação em referência ocorreu no dia 18/05/2017, tendo sido declarados os respectivos vencedores no dia 14/06/2017, o que conforme preconiza o item 31.2 do edital.

Registra-se que as licitantes concorrentes foram devidamente notificadas da existência e trâmite do presente recurso administrativo, na forma do artigo 109, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93, para apresentar suas contrarrazões.

A empresa Josenilson Alves Bispo de Conquista - ME alegou, em síntese: **1)** as propostas de preços das empresas Gabriel Barros Neto – ME e Construtora Albuquerque LTDA para os lotes de nº 15 e 16, não poderiam ser classificadas para a fase de lances, por não fazerem parte das 3 (três) melhores propostas; **2)** a proposta final da empresa Construtora Albuquerque Ltda, para o lote de nº 16, teve uma diferença inferior a 5% (cinco por cento) da proposta final da empresa Josenilson Alves Bispo de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria Geral  
www.pmvc.ba.gov.br

Conquista – ME e, baseando-se no conteúdo dos itens do Edital e nos parâmetros da Lei, seria necessário o critério de desempate em favor da ME; 3) a Construtora Albuquerque LTDA não apresentou o Balanço Patrimonial do último exercício social (2016), tendo apresentado um Balanço do ano de 2015; 4) as empresas Gabriel Barros Neto – ME e a Construtora Albuquerque LTDA não apresentaram os valores calculados dos índices contábeis previstos no Edital, exigido pelo item 21.1.5. Ao fim do recurso em referência, pugnou para que seja reconsiderada a decisão da Pregoeira e, conseqüentemente, que as empresas Gabriel Barros Neto – ME e Construtora Albuquerque LTDA sejam declaradas inabilitadas na licitação em apreço.

As empresas Gabriel Barros Neto – ME e Construtora Albuquerque LTDA, protocolaram suas contrarrazões, alegando, em síntese: 1) O formalismo no procedimento licitatório, não significa que se pode desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes; 2) Não deveria ter sido exigido o balanço patrimonial de 2016, da Construtora Albuquerque LTDA, uma vez que ainda estava no prazo para o registro/envio do mesmo por ser tributante do Lucro Presumido.

É o relatório.

Em razão do Recurso interposto apresentar uma série de irresignações em face da decisão tomada pela Pregoeira, com o desiderato de sistematizar a decisão, abordar-se-á *de per se* os motivos apresentados pelo Recorrente: 1) as propostas apresentadas pelas empresas Gabriel Barros Neto – ME e a Construtora Albuquerque LTDA foram classificadas uma vez que atendiam as condições e exigências do Edital e os valores registrados não foram considerados inexequíveis ou superfaturados conforme item 23.1. do instrumento convocatório:

*“Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e exigências deste Edital e/ou, consignarem preços inexequíveis ou superfaturados para a Administração, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto do contrato.”*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria Geral  
www.pmvc.ba.gov.br

De acordo com o Decreto nº 11.553/2004, Art. 10, Inciso II, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. Logo, não pode ser acolhida a argumentação apresentada pela Recorrente no que tange à classificação das empresas Gabriel Barros Neto – ME e Construtora Albuquerque LTDA para os lotes de nº 15 e nº 16. Ademais, flagrante se mostra a confusão que a recorrente faz acerca dos procedimentos presencial e eletrônico, vez que reclama a adoção de procedimento classificatório das propostas de preços utilizado na modalidade presencial; 2) utilizando o critério de desempate, preferência de contratação para o MEI, ME e EPP, do tratamento jurídico diferenciado destinado aos microempreendedores, às microempresas e às empresas de pequeno porte, nos termos do disposto na Lei Complementar Federal nº 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14, e conforme registro e histórico no sistema eletrônico do Banco do Brasil, a empresa Josenilson Alves Bispo de Conquista – ME fora devidamente convocada a ofertar novo lance para o lote de nº 16, justamente em decorrência do tratamento diferenciado previsto na legislação pertinente já citada, contudo, no caso em apreço, a Recorrente não se manifestou.

Data e hora do registro	Participante	Mensagem
18/05/2017 17:47:23:012	SISTEMA	O fornecedor, JOSENILSON ALVES BISPO DE CONQUISTA - ME, declinou do direito de encaminhar um novo lance.

Destarte, de forma específica o objeto da irresignação do Recorrente encontra-se no item 23.6.1.3, que assim dispõe sobre a matéria:

*“Na hipótese da falta de contratação nos termos previstos, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.”*

Com efeito, conforme relato ora exposto vê-se que não prospera a argumentação apresentada pela Recorrente, o que impõe que esta não seja acolhida; 3) verificou-se que o Balanço Patrimonial apresentado pela empresa Construtora Albuquerque LTDA refere-se ao exercício contábil do ano de 2015, motivo pelo qual acolhe o quanto alegado pela Recorrente, e, considerando o que determina o Tribunal de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria Geral  
[www.pmvc.ba.gov.br](http://www.pmvc.ba.gov.br)

---

Contas da União (Acórdão nº 1999/2014), com base no princípio da autotutela administrativa, que autoriza que a Administração Pública, no exercício cotidiano de suas funções, anule ou revogue seus próprios atos, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, quando tais atos são contrários à lei ou aos interesses públicos, declara a empresa Construtora Albuquerque LTDA inabilitada por não ter atendido à exigência contida no item 21.1.1. do edital da licitação em apreço; **4)** constatou-se que a empresa Gabriel Barros Neto – ME apresentou o Balanço Patrimonial do exercício de 2016, todavia, negligenciou à exigência constante do item 21.1.5. do edital, que determina a apresentação do cálculo dos valores dos índices contábeis, razão pela qual, acata a alegação constante da peça recursal e, com fulcro no princípio da autotutela administrativo ora citado, declara inabilitada a empresa Gabriel Barros Neto – ME para a licitação em tela.

Conforme exposto, a Pregoeira do Processo Licitatório Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017 recebe o presente recurso administrativo para, no mérito, julgá-lo **PROCEDENTE EM PARTE**, considerando os pontos supramencionados (3 e 4) do mesmo, e **INABILITAR** na licitação em epígrafe as empresas **Gabriel Barros Neto – ME** e **Construtora Albuquerque LTDA** por não atendimento das exigências do Edital.

Vitória da Conquista, 30 de junho de 2017.

*Meg de Sousa Marques*  
Pregoeira



## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria Geral  
[www.pmvc.ba.gov.br](http://www.pmvc.ba.gov.br)

---

### **DECISÃO ADMINISTRATIVA:**

**ACOLHO e HOMOLOGO** o julgamento proferido pela Pregoeira nos autos do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2017 em face do Recurso Administrativo interposto pela licitante **JOSENILSON ALVES BISPO DE CONQUISTA - ME**. Determino que os autos retornem à Gerência de Compras para adoção das medidas administrativas pertinentes.

**Registre-se, publique-se e cumpra-se.**

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, 30 de junho de 2017.

*Gildásio de Oliveira Carvalho*  
**Secretário Municipal de Administração**